

A VERDADE EM HEIDEGGER: um estudo de Sobre a essência da verdade

PRÓLOGO

CENA I

A CEGUEIRA

O homem dos “pés inchados” – Édipo – orgulhoso Rei de Tebas, pelo mérito de ter vencido a Esfinge, enfrenta agora o desafio de descobrir o assassino de Laios e puni-lo. Confiante no poder da razão, que já o fizera decifrar o enigma da Esfinge, busca obsessivamente a verdade. Nessa busca encontra-se com o adivinho, o cego Tirésias, ocorrendo, então, um tortuoso diálogo entre a lucidez racional de Édipo e o saber obscuro de Tirésias:

Tirésias: *Deuses como é terrível
o dom da sabedoria
quando não serve a quem o tem!
Eu, tão convencido disso
nem me lembrei [...]
Senão, eu não viria.*

Édipo: *Que foi ? Por que te lamentas?
[...]
Pelos deuses, nós todos te imploramos,
não guardes mais segredo!*

Tirésias: *É que vós todos de nada sabeis:
não quero revolver as minhas mágoas,
para não te revelar as tuas [...]*

Édipo: *Então sabes e não queres falar?
Pretendes atraiçoar-nos
e destruir a nação.
[...]*

Édipo: *Quando é que provaste ser vidente?
Por que, quando rondava por aqui
a Esfinge ruminando cantilenas
nunca tiveste nenhuma palavra
que devolvesse a liberdade ao povo?
[...] Eu, Édipo, sem de nada saber,
logo ao chegar fiz a Esfinge calar:
deslindei a questão pela razão [...].*

Tirésias, consciente de que a verdade é terrível, não se propõe a desnudá-la à arrogância da Razão. Édipo, dotado da segurança de que verdade deve ser desvelada à Razão, insiste na sua busca.

Reconhecida a verdade, Édipo torna-se um cego errante. Errante e cego.

CENA II

O SILÊNCIO

Diante do governador, mais um profeta de Israel, o Rabi dos pescadores de Israel, acusado de blasfêmia e sedição enfrenta outro interrogatório:

Pilatos: *És tu o rei dos judeus?*

[...] Que fizeste tu?

Jesus: *O meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse deste mundo, os meus seguidores certamente teriam pelejado para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas o meu reino não é deste mundo.*

Pilatos: *És, portanto, rei?*

Jesus: *Sim, eu sou rei. É para dar testemunho da verdade que nasci e vim ao mundo. Todo o que é da verdade ouve a minha voz.*

Pilatos: *Que é a verdade?*

Falando isso, saiu...

O que é a verdade ? Pilatos não ouviu – saiu. Jesus não disse.

Esse silêncio promoveu através da história longas discussões filosóficas. Diz a tradição escolástica que Pilatos provavelmente era cético, desinteressado do conhecimento da verdade. Essa mesma tradição garante que, se Pilatos estivesse interessado em ouvir a resposta do profeta, teria certamente escutado que a verdade é a *adaequatio rei et intellectus*.

Mas Jesus não disse. E o que temos daquele instante dramático e intenso da história do cristianismo é o silêncio incômodo e inquietante daquele que afirmou ter vindo para “dar testemunho da verdade”.

INTRODUÇÃO

O ensaio *Sobre a essência da verdade*, de Martin Heidegger, publicado em 1943, consistiu, originalmente, num conjunto de conferências proferidas em 1930 e é considerado uma de suas obras mais difíceis.

Nosso objetivo neste trabalho é apenas o de compreender o que Heidegger pretendia dizer naquelas conferências. É, portanto, um esforço de entendimento. Vamos procurar fazer isso à luz do próprio texto. Heidegger desenvolve seu raciocínio conforme um procedimento lógico muito próprio e nem sempre estabelece com precisão e clareza a conceituação das categorias que utiliza. É a totalidade do texto que permite a compreensão dos seus momentos: suas proposições iluminam-se reciprocamente e seu sentido é esclarecido pela visão propiciada pelo conjunto do ensaio.

O texto é, em Heidegger de modo especial, um tecido: todas as suas partes só têm sentido e só existem porque estão entrecruzadas, entrelaçadas. Portanto, buscando acompanhar a estrutura lógica do texto (seria, talvez, melhor dizer: sua tessitura original), devemos articular conceitos/idéias que vão se esclarecendo progressivamente em diferentes momentos do ensaio.

O trabalho que desenvolvemos aqui, de caráter basicamente interpretativo, é centrado exclusivamente no próprio ensaio de Heidegger. Não utilizamos, de forma direta, pelo menos, referências de outras obras do próprio Heidegger ou outros autores. O que fizemos foi como um mergulho em *Sobre a essência da verdade* para conhecê-lo por dentro e em si mesmo.

É esse nosso objetivo: entender o que o autor disse sobre a essência da verdade. Não pretendemos – e não vamos – fazer nenhuma avaliação crítica. Vamos, apenas, escutá-lo, ouvi-lo atentamente.

Sabemos que toda interpretação já é reinterpretação e que sempre se escuta do lugar onde se está (e como Heidegger sabe disso!). Mas tentaremos – ao menos, tentaremos – estar **abertos** ao segredo que ele quer nos contar: a essência da verdade.

Este estudo será desenvolvido da seguinte forma: primeiramente, abordaremos o que chamamos de “pressuposto antropológico” heideggeriano. Não se fala da verdade ou do conhecimento sem uma compreensão do que é o ser humano. Por isso, antes de enfrentarmos a estrutura lógica da reflexão de Heidegger, consideramos ser apropriada uma rápida visão de sua concepção antropológica (I - Pressuposto Antropológico). Entretanto, repito, à luz exclusivamente do próprio texto do filósofo. Portanto, nos limites do que interessa ao problema em pauta.

A seguir, acompanharemos os passos do raciocínio conforme proposto no texto de Heidegger. Primeiro, a questão da compreensão da relação convencional entre verdade e conformidade (II - Verdade e conformidade). Depois, o avanço do pensamento rumo à busca do que seria, afinal, a essência da verdade (III - A essência da verdade). Finalmente, o mergulho decisivo ao fundo do fundo da lagoa (IV - A essência da essência da verdade).

Vamos ao mergulho.

I - PRESSUPOSTO “ANTROPOLÓGICO”

Sempre que se trata da questão da verdade, trata-se de uma relação em que o eixo é o próprio homem. A discussão em torno da verdade pressupõe uma concepção do que é o homem. Desse modo, precisamos,

preliminarmente, compreender o pressuposto antropológico que fundamenta o ensaio de Heidegger sobre a essência da verdade.

O homem é, antes de mais nada, o **ser-aí**¹, aquele que está presente e está na presença do mundo, das coisas, dos outros. O homem, **ser-aí**, caracteriza-se fundamentalmente por isto: porque está aí, está no mundo. Muito mais que isso: o homem **é aí**. O homem é imerso no mundo. O mundo é imerso no homem. Não há um sem o outro. O homem não é uma natureza ou essência formal, universal e abstrata. O mundo não é apenas um espaço onde o homem está colocado ou um objeto estranho ao homem. **Ser-no-mundo** é o modo de ser do **ser-aí**.

Estando no mundo, o homem se relaciona com outros entes: os que não são **ser-aí** e os que também são **ser-aí**. Esse encontro é possível porque o homem constituído existencialmente por uma **abertura** que possibilita a relação do **ser-aí** com os outros entes. Essa é uma característica exclusivamente humana: sua **abertura** coloca-o **perante** os outros entes, convocando-o a não se fechar em si mesmo, a não se limitar à sua concretude imediata.

Ou seja, faz parte da estrutura do homem, enquanto **ser-aí**, poder **deixar ser o ente** (essa expressão será daqui em diante grafada com hífen como na tradução: **deixar-ser**).

Podendo deixar-ser o ente, o homem é como **EK-SISTENTE**, quer dizer, aquele que “existe para fora”. O **ser-aí** tem sua subsistência constituída numa dimensão de ser aberto ao outro. Mas o é, também, **IN-SISTENTE**, isto é, possibilidade de esquecer-se de sua dimensão profunda de abertura e fechar-se sobre si mesmo. Este caráter **IN-SISTENTE** é também constitutivo do ser humano. Nesta dinâmica entre a **ek-sistência** e a **in-sistência** se desenrola a vida humana.

O homem é um ente **historial** (esse neologismo foi criado para diferenciar do adjetivo “histórico” que tem uma conotação muito determinante de localização histórica). Isso quer dizer que o ser humano não é apenas mais um ser dentro da natureza. Ele se caracteriza por sua inserção na história, ou melhor, o devir histórico o constitui enquanto tal – o que não ocorre com os outros entes. Isso significa também que o homem é constituído por sua inserção histórica (por isso é **ser-aí**) e também que o homem é capaz de fazer história. Entretanto, o homem só se tornou um ser historial quando se abriu ao ente, isto é, tornou-se **ek-sistente**: “... a ek-sistência do homem historial começa naquele momento em que o primeiro pensador é tocado pelo desvelamento do ente e se pergunta o que é o ente” (34)².

Em síntese, podemos dizer que a possibilidade da verdade está dada porque o homem, enquanto **ser-aí**, é constituído por uma **abertura** que o caracteriza como **ek-sistente**. Em outras palavras: o homem é uma presença no mundo capaz de acolher o ser.

II - VERDADE E CONFORMIDADE

A mais universal, tradicional e inquestionável conceituação da verdade está na fórmula: “a verdade é a adequação da coisa e da inteligência”. Mesmo

aqueles pensadores que negam a possibilidade de tal ocorrência – os céticos – não negam que seja essa a definição mais correta da verdade.

Tal definição tem duas direções: significa, por um lado adequação **da inteligência à coisa** (realidade) e, por outro lado, adequação **da coisa à inteligência**. Essa duplicidade direcional, contudo, conserva a mesma compreensão básica: a essência da verdade consiste na conformidade entre Razão e Realidade, mesmo entendendo que, dependendo da direção que se assume, há diferenças substanciais de conteúdo.

Por outro lado, a não-verdade é o oposto disto: é a “não concordância da enunciação com a coisa” (25).

Na perspectiva convencional, aqui está resolvida a questão. Heidegger, contudo, questiona o que se entende por “concordância de uma enunciação com uma coisa”.

As características constitutivas da enunciação e da coisa são substancialmente diferentes. Heidegger, a partir do exemplo da moeda, busca concretizar essa diversidade:

A moeda é feita de metal. A enunciação não é de nenhum modo material. A moeda é redonda. A enunciação não tem nenhum caráter espacial. A moeda permite comprar um objeto. A enunciação jamais é um meio de pagamento. Mas apesar de todas as diferenças, a enunciação em questão concorda, enquanto é verdadeira, com a moeda [...]. Como pode aquilo que é completamente diferente, a enunciação, adequar-se à moeda de cinco marcos? Esta enunciação deveria então tornar-se uma moeda e desta maneira cessar absolutamente de ser ela mesma. Mas isto a enunciação jamais consegue.(26)

Considerando, então, a diferença substantiva entre a enunciação e a coisa – não havendo identidade entre os dois elementos – ele pergunta: “Como pode uma enunciação, mantendo sua essência, adequar-se a algo diferente, a uma coisa?” (26).

Descarta-se, logo, a idéia de que a adequação seja o estabelecimento de uma igualdade entre desiguais. É preciso, pois, investigar a natureza dessa relação enunciado-coisa para entender o sentido preciso dessa adequação.

A enunciação, ao dizer algo de um objeto, o **apresenta** e “apresentar significa aqui,[...], deixar surgir a coisa diante de nós enquanto objeto” (27). **Deixar surgir a coisa**: essa é a expressão chave para o entendimento dessa relação. O homem é o ser capaz deste comportamento: **deixar surgir**. Por outro lado, a coisa deve “cobrir um âmbito aberto para o nosso encontro” (27), isto é, ela deve, de alguma forma, estar acessível, ou melhor, deixar-se conhecer, deixar-se descobrir. Heidegger entende que há um dinamismo mesmo na coisa que a faz revelar-se, mantendo-se, entretanto, ela mesma: é quase uma epifania.

Temos, portanto, uma recompreensão dos dois termos da adequação, com uma visão dinâmica desses termos: a coisa que se manifesta e que pode, agora, ser chamada **ente**. E a inteligência, compreendida agora não mais apenas como uma Razão objetiva, mas como um “comportamento que está aberto sobre o ente” (28).

Para que aconteça a conformidade, a concordância, sabemos que o “ente mesmo se pro-põe” (significando, ao mesmo tempo, **por-se à frente** e **por-se no lugar de ...**) e “a enunciação recebe a ordem de exprimir o ente...” (28). Heidegger sabe, contudo, que é possível não ocorrer tal obediência.

Neste momento da reflexão, é possível descobrir qual o fundamento que possibilita a concordância (conformidade, adequação). “A enunciação recebe sua conformidade da abertura do comportamento” (28). O que possibilita que uma enunciação seja verdadeira – de acordo com o ente que exprime – é o fato primordial de o comportamento ser aberto ao ente, deixando-se guiar por sua manifestação. Portanto, a essência da verdade não pode ser definida pela concordância em si mesma, mas deve ser procurada nesta abertura do comportamento, desde que é ela que torna possível a conformidade.

Mas “qual é o fundamento da possibilidade intrínseca da abertura que mantém o comportamento e que se dá antecipadamente uma medida ?” (29).

III - A ESSÊNCIA DA VERDADE

Os termos da pergunta acima nos indicam que o comportamento que se abre para o ente, deve possuir uma **medida** antecipada (*a priori*) que torne possível a conformidade. O fato de o comportamento ser aberto não quer dizer que ele seja absolutamente indeterminado. Nesse caso, a conformidade seria relegada às chances do acaso. Existe uma **medida diretora**, “recebida antecipadamente como dom prévio” (28), que guiará o comportamento rumo à conformidade.

Para que uma enunciação se ponha **de acordo** (conforme ao ente que se manifestou), é necessário que o mesmo **dom** que confere a **medida diretora** também instaure o homem como “**livre, dentro do aberto**” (29). Em última instância, o que possibilita ao homem o acolhimento do ente de tal modo que ocorra uma concordância/conformidade/adequação entre objeto e enunciação (ou coisa e intelecto) é a **LIBERDADE**. “A essência da verdade é a liberdade” (30), exatamente por ser ela o fundamento último que torna possível ao homem – e só ao homem – chegar à verdade.

Mas em que consiste a liberdade para se poder afirmar que ela é a essência da verdade?

Normalmente, entendemos a liberdade como um acessório do ser humano, vinculando-a sempre a determinados aspectos da vida humana: liberdade política, liberdade de expressão, liberdade de ir e vir, etc.. Comumente, a liberdade é percebida como ausência de constrangimento (agir livremente), como possibilidade de opção (sou livre para escolher o que quiser), ou mesmo disponibilidade para algo (estou livre para fazer isto).

Heidegger compreende a liberdade como uma **categoria positiva e substantiva** na constituição do homem. A liberdade é o elemento originário formador do homem historial. Portanto, a liberdade não é uma propriedade (no sentido de posse) do homem mas é fundante da própria humanidade. Em suas próprias palavras:

O homem não possui a liberdade como uma propriedade, mas antes, pelo contrário: a liberdade, o ser-aí, ek-sistente e desvelador, possui o homem, e isto tão originariamente que somente ela permite a uma humanidade de inaugurar a relação com o ente em sua totalidade e enquanto tal, sobre o qual se funda e esboça toda a história. (35)

A forma como a liberdade se revela é no **deixar-ser o ente**. E **deixar**, aqui, não indica uma omissão ou indiferença mas uma ação: a ação de abrir-se, ou melhor, “entregar-se ao aberto e à sua abertura, na qual todo ente entra e permanece” (32).

Recuperando o termo grego **alétheia**, usualmente traduzido por verdade, Heidegger propõe uma compreensão que considere o significado original de **alétheia**, a saber, **desvelamento**. Sabemos quão cheia de símbolos e significados é essa palavra. Des-velar é tirar o véu que esconde o desconhecido. Assim, já na primacial intuição grega, a verdade antes de ser conformidade era o desvelamento do ente: é o ente levantando o véu que o encobre para mostrar seu rosto. E o homem, por seu turno, **está aí**, receptivo, aberto a essa manifestação, a essa epifania do ente. Entretanto, essa receptividade/abertura não é passiva nem quer dizer **perder-se** no ente – “se desdobra num recuo diante do ente” (33). O que isso significa senão que o homem, na relação com o ente que se revela a ele, preserva sua identidade dando um **passo atrás** de modo a não ser absorvido pelo ente, assegurando assim a distância necessária que lhe dará a medida para a construção da concordância.

Nessa linha de raciocínio, Heidegger formula duas definições complementares de liberdade:

- I. “... a liberdade é, em si mesma, exposição ao ente, isto é, ek-sistente” (33). A liberdade consiste em colocar-se à frente do ente, não ter medo de **expor-se (EX-por-se)**, de aceitar a presença do ente tal como ele se apresenta. Somente um ser dotado de liberdade pode fazer isso. Os seres que não têm liberdade não são capazes de tal postura, porque estão fechados sobre si mesmos. A liberdade é a característica do ek-sistente.
- II. “... a liberdade é o abandono ao desvelamento do ente como tal” (33). Entendidas as considerações anteriores, sobretudo que **abandono** não significa passividade, é que se pode chegar a essa definição. A garantia da verdade está em que o homem se apresenta desarmado ao ente que se desvela. A liberdade é a categoria existencial básica que faz o homem ultrapassar os limites **naturais, físicos (physis)** do ente, tornando-se ek-sistente.

Enfim, Heidegger retirou a discussão sobre a questão da liberdade do plano puramente ético e lançou-a para o plano metafísico, ou melhor, transformou-a numa categoria existencial constitutiva do homem e, mais que isso, fundamento mesmo da própria verdade.

IV - A ESSÊNCIA DA ESSÊNCIA DA VERDADE

Como vimos até agora, a liberdade não se confunde com, nem está sujeita ao arbítrio humano. Entretanto, “porque a verdade é a liberdade em sua essência, o homem historial pode também, deixando que o ente seja, não deixá-lo ser naquilo que ele é e assim como é” (36). Ou seja, sendo a liberdade também possibilidade, a não-verdade pode ocorrer quando a “aparência passa a dominar” (36). A liberdade confere ao homem uma diretriz que orienta o homem a deixar que o ente seja. Mas o homem historial pode não deixar o ente ser como ele é. Neste momento, aflora a não-verdade: “o ente é encoberto e dissimulado” (36). E nos deparamos com a não-essência da verdade.

Não-essência da verdade ?

Ao longo da história, a não-verdade tem sido descuidada em razão de que, se a não-verdade não é a verdade, ela é insignificante para o conhecimento da verdade. Além do mais a não-verdade tem sido vista como conseqüência da limitação humana.

Mas Heidegger não pensa assim. Da mesma forma que a essência da verdade não está sujeita ao arbítrio humano, a não-essência da verdade, como sua correlata necessária, também não pode ser entendida nesta dependência do homem. “A não-verdade deve, antes pelo contrário, derivar da essência da verdade” (36).

Como já sabemos, pela liberdade que torna o homem ek-sistente, o seu comportamento está disposto ao ente em sua totalidade. Essa **disposição de humor** (é bom ter claro que não é um ‘estado de alma’) “se origina da revelação do ente em sua totalidade” (38).

Antes de prosseguir, seria bom entendermos o que vem a ser esta locução “**em sua totalidade**” que Heidegger tanto realça. O conhecimento, na perspectiva do senso comum ou mesmo na perspectiva da ciência, aborda as coisas em suas individualidades enquanto objetos ou enquanto dados da realidade. Além disso, nesses níveis de conhecimento, trata-se de parcelas da coisa que se conhece. Desse modo, o ente aparece fragmentado: somente partes dele se manifestam, e a soma dessas partes não o revelará em sua totalidade.

Em suma: “É justamente neste nivelamento simplista que tudo conhece e apenas conhece que se torna superficial a revelação do ente...” (38).

A categoria da **totalidade** indica a dimensão mais íntima do ente, para além da aparência e da superfície, opondo-se à individualização e fragmentação. A **totalidade** refere-se ao ser em sua integridade.

Retornando ao raciocínio: o homem é dotado de uma **disposição de humor** para o ente em sua totalidade. Contudo “este ‘em sua totalidade’ jamais se deixa captar a partir do ente que se manifestou” (38). Quer dizer: o ente – particular, específico – que se manifestou, não revela sua totalidade. Daí infere Heidegger que a mesma **totalidade** que estabelece, que institui no homem a abertura para o ente em sua totalidade, ao mesmo tempo, esconde-se no ente através do qual se manifestou. Portanto, “permanece (...) o não-disposto (não-determinado) e o não-disponível (indisponível, indeterminável)” (38).

Estamos, pois, falando da **dissimulação**.

A dissimulação é uma característica intrínseca do **deixar-ser** pois a abertura do homem ao ente acaba deixando escapar a totalidade do ente.

Como sabemos, o termo **dissimulação** denota, primeiramente, disfarce. Dissimulação é, etimologicamente, **simular mais**, quer dizer: tornar-se parecido demais, assemelhar-se muito. A dissimulação consiste, aqui, na “**semelhança de verdade**” que ilude o homem e o faz sentir-se satisfeito com a ‘verdade’ que pensa ter encontrado. Onde, a conotação de uma sutil ‘enganação’. O homem pensa que des-velou o ente, mas a verdade – a essência da verdade que reside na totalidade do ente – permanece velada. Por isso, “o velamento (...) pertence à essência da verdade” (39). Ora “como o velamento é aquele que recusa o des-velamento à **alétheia**” (39), quer dizer é a não-verdade, “a não-verdade pertence à essência da verdade” (39).

O encontro do homem com o ente, em razão do estatuto mesmo que rege este encontro, é simultaneamente desvelamento e velamento, revelação e segredo: estamos, neste momento, na presença do **mistério**.

O **mistério**, em última instância, é que preside o homem enquanto **ser-aí ek-sistente** – “o mistério (a dissimulação do que está velado) como tal domina o ser-aí do homem” (39), pois “o mistério é a não-essência original da verdade” (39).

No dia-a-dia, o homem tende a esquecer essa dimensão. Acomoda-se à realidade imediata, útil e conveniente. O homem, **ek-sistente, in-sistente**, subsistindo apenas dentro de si mesmo, voltado para si mesmo. Mas “mesmo na existência insistente reina o mistério” (42).

O homem é, portanto, dinamicamente ek-sistente e in-sistente – aberto ao ente e fechado sobre si mesmo (e entendamos esta expressão **fechado sobre si mesmo** não no sentido moral de **egoísta** mas no sentido – metafísico – de **impermeável ao ente em sua totalidade**). O homem se movimenta, então, entre o mistério e a realidade corrente numa espécie de vai e vem. A esta andança sinuosa é que chamamos **errar**: caminhar sem destino. **Errante** – **nômade**. Ser errante é uma propriedade fundamental da condição humana: o homem existe na **errância**.

Dessa forma, a questão do erro não se coloca mais em termos de um equívoco ou engano ocasional. O erro, em suas diferenciadas e específicas manifestações, é fruto da condição primordial do homem de encontrar-se, de existir na errância.

A errância é a anti-essência fundamental que se opõe à essência da verdade. A errância se revela como o espaço aberto para tudo o que se opõe à verdade essencial. A errância é o cenário e o fundamento do erro. (43)

Sendo a errância uma dimensão necessária e inelutável do ser do homem, exatamente sob o aspecto da relação do homem com a verdade, “a errância pertence à essência originária da verdade” (44), assim como o mistério.

Enfim, entendemos que Heidegger chegou ao ápice de seu raciocínio que podemos formular assim:

- 1º. **a essência da verdade é a liberdade;**
- 2º. **a liberdade se constitui no âmago da relação mistério-errância;**

3º. a essência da essência da verdade consiste na relação mistério-errância.

De fato, Heidegger chama à dinâmica mistério-errância de “originária essência da verdade”, designando-a por “reino do mistério da errância”. É assim que se pode entender a proposição que me parece a **síntese** de toda a **tese** heideggeriana sobre a essência da verdade:

A liberdade, compreendida a partir da ek-sistência in-sistente do ser-aí, somente é a essência da verdade (como conformidade da apresentação) pelo fato de a própria liberdade irromper da originária essência da verdade, reino do mistério da errância. (44-45) (sublinhado meu).

Daqui, conclui Heidegger, que “o deixar-ser o ente enquanto tal e em sua totalidade” só ocorre quando deixar-ser “é assumido em sua essência originária” (mistério/errância), a saber, no momento em que se toma a decisão de ir em busca do mistério, reconhecendo que se vai atravessar a esfera da errância. Essa consciência é que permitirá ao homem **não se perder no ente** ou estacionar nas verdades parciais. Estará, nessa hora (hora em que se torna ser historial), posta para o homem **a questão do ser**. “A perspectiva sobre o mistério, que se descerra a partir da errância, põe o problema da questão que unicamente importa: que é o ente enquanto tal em sua totalidade” (45).

Aqui começa a filosofia ou, mais precisamente, a metafísica.

CONCLUSÃO

A trajetória percorrida por Heidegger em sua reflexão sobre a essência da verdade, deslocou a verdade do campo estritamente epistemológico para o campo metafísico. Nesse sentido, a verdade não se restringe à relação intelecto-objeto. E não está na dependência exclusiva do ser humano, da sua competência ou do seu limite. A verdade continua sendo uma **relação**, porém uma relação que envolve seres de uma forma integral, o **ente** – não somente em sua visibilidade de objeto – e o **ser-aí ek-sistente** – não apenas uma racionalidade humana desencarnada e universalista.

A partir dessa recompreensão, tornou-se possível recuperar o sentido do **mistério** como a alma mesma da verdade. A importância histórica do resgate do **mistério** – o velamento no desvelamento do ser – é, sem dúvida, algo revolucionário no pensamento ocidental.

A tradição européia – Enrique Dussel diria: *o núcleo ético-mítico indo-europeu* – tem compreendido a verdade como **luz, claridade, clareza**. E a Razão é o foco iluminador do mundo que precisa ser dominado científica e tecnicamente. Tal compreensão não admite, obviamente, o obscuro, o inalcançável. O seu pressuposto é de que tudo está **disponível**, mais cedo ou mais tarde, para o homem. E Heidegger vem lembrar que há um momento, há uma dimensão, há um recanto que estará sempre **indisponível**. E isso é tão sutil e suave que o homem pode não se dar conta de que, nas suas descobertas crescentes e cumulativas, falta alguma coisa que ele pensa que

descobrirá a seguir, e a seguir e a seguir... E o ente em sua totalidade vai se dissimulando – e o homem não percebe que, como numa artimanha, **a verdade definitiva vai sendo adiada**. E o homem insistindo na sua busca rotineira de pequenas verdades que se atropelam, acaba esquecendo que esqueceu alguma coisa. Talvez, a essência da verdade.

A história do pensamento ocidental, passando por todos os **ismos** – idealismo, realismo, empirismo, racionalismo, iluminismo, materialismo (dialético ou não) – perdeu-se na superfície do ente: é o que Heidegger veio denunciar. Sobretudo nossa sociedade contemporânea, convencida de sua eficiência científica e tecnológica, tem se iludido pensando estar encontrando a verdade a cada avanço rumo ao conhecimento das estruturas físicas, químicas ou biológicas da natureza. E sequer se dá conta de que não sabe mesmo o que a vem a ser isto: Natureza. Diríamos mais: não sabe mesmo o que significa Vida, Morte. Não sabe o que é Existir. Sequer imagina, portanto, o que é o SER. A euforia humana é apenas ilusão, a ilusão de ter descoberto o segredo das coisas. Des-coberto ? Não – diz Heidegger. Enquanto o homem não tiver “consciência” de que perambula na esfera da errância e partir em busca do mistério, continuará circulando na periferia da verdade.

Por tudo isso é que Heidegger conclui delegando à filosofia a responsabilidade dessa tarefa que escapa aos interesses e às possibilidades do senso comum. A essência da verdade só tem sentido quando articulada com a **verdade da essência**. Essência: “sob esse conceito ‘essência’ a filosofia pensa o ser” (48). Então, a questão da essência da verdade é explicitamente lançada para o campo da metafísica e ele já pode afirmar: “**a essência da verdade é a verdade da essência**” (49).

Contudo Heidegger, na *Observação* anexa ao final do ensaio, afirma:

Aparentemente o pensamento se movimenta no caminho da metafísica e, contudo, realiza, em seus passos decisivos – que conduzem da verdade como conformidade para a liberdade ek-sistente e desta para a verdade como dissimulação errância – uma revolução na interrogação, revolução que já pertence à superação da metafísica. (49)

Portanto, Heidegger tenta esclarecer que sua proposta caminha na direção da **superação da metafísica** – o que exigiria um mergulho mais profundo no processo de reflexão.

Enfim, o filósofo fez uma complexa viagem. Evidentemente, sua base conceitual repousa sobre *SER E TEMPO*. Talvez, por essa razão, não tenha se preocupado especificamente em esclarecer ou estabelecer conceitos (como ele mesmo diz ao final) mas em **percorrer o caminho**, ao mesmo tempo em que o ia abrindo. Assim, foi abraçando dimensões novas e ângulos novos à medida que se aprofundava na reflexão sobre o tema, fiel ao princípio kantiano citado na conferência de que a filosofia deve “ser guardiã de suas próprias leis”.

A intensidade da presença do novo trabalho que estudamos justifica sua prolixidade. Tanto o procedimento quanto os conceitos com os quais ele trabalha são inusitados e ainda em processo de construção. Muita coisa permanece ainda obscura, mas, inquestionavelmente, podemos dizer que Heidegger levantou um desafio fundamental ao nosso tempo: o de repensar em

termos mais radicais seus conceitos mais usuais: o de **liberdade, de existência e de verdade.**

CITAÇÕES

¹ A tradução que utilizei verte o termo *dasein* por **ser-aí**. Em outras traduções, como na de **Ser e tempo** (traduzida por Márcia de Sá Cavalcante) o *dasein* é traduzido por **presença**.

² HEIDEGGER, Martin. **Sobre a essência da verdade/A tese kantiana sobre o ser**. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1970. Como utilizo apenas essa obra, limitar-me-ei a referir o número da página após as citações.